



A CONFIGURAÇÃO DA DINÂMICA PARTIDÁRIA NA MESORREGIÃO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

Zara Rego de Souza¹

Antonio Carlos Andrade Ribeiro²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise descritiva da inserção dos partidos políticos na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais utilizando os dados sobre as eleições municipais nos anos de 2000 a 2016. Os dados analisados foram coletados do sítio do TSE, utilizando técnicas de análise quantitativa para a elaboração de tabelas e gráficos. Os achados sugerem que mesmo sendo “deixadas de lado” pelas cúpulas nacionais, conforme a literatura argumenta, as eleições municipais analisadas refletem a existência de um sistema partidário estruturado no Brasil com grandes organizações atuando em cidades pequenas.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Partidos Políticos; Sul de Minas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar descritivamente a inserção dos partidos políticos brasileiros na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Pouco se tem investigado sobre a atuação dos partidos políticos nas pequenas cidades do interior. Geralmente, a literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que “rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas. Além do fato de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menor ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013). A análise descritiva dos dados sobre os processos eleitorais nas cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais se justifica, então, ao se inserir neste quadro como uma análise da atuação dos partidos políticos em cidades sem 2º turno. Considera-se ainda o fato dessa mesorregião de Minas Gerais reunir cidades que variam de tamanho entre

¹Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

²Professor no Instituto de Ciências Humanas e Letras na Universidade Federal de Alfenas.

1.727 a 152.435 habitantes e com Índice de Desenvolvimento Humanos Municipal variando entre 0,643 e 0,787 (IBGE, 2010).

Os dados analisados foram coletados do sítio do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) utilizando a linguagem R e dizem respeito às eleições municipais entre os anos de 2000 e 2016. As seguintes questões orientaram a análise: quais são os partidos políticos que disputam recorrentemente as eleições municipais nas 146 cidades da mesorregião do sul e sudoeste de Minas Gerais? Quais fatores interferem no desempenho³ desses partidos na conquista das cadeiras executivas e legislativas? Para responder estas questões empregamos técnicas de análise quantitativa elaborando e descrevendo gráficos e tabelas considerando o número de candidatos e eleitos; o número de eleitos e o número de votos conquistados; e o número de vezes que lideraram coligações.

O estudo segue estruturado em duas seções: (1) uma revisão da literatura, sobre partidos políticos e seu comportamento, coligações e o sistema partidário com o objetivo de apresentar alguns conceitos e questões pertinentes à nossa análise; e (2) a apresentação e discussão dos dados coletados com o intuito de responder as questões iniciais que orientaram a análise, seguida de algumas considerações.

PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Por partidos políticos, entende-se, aqui, organizações centrais nas democracias contemporâneas cuja principal finalidade é disputar eleições para ocupar cargos no governo. Os partidos políticos atuam em diferentes frentes e desenvolvem profundas relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários. Eles disputam com outras associações pela canalização de interesses dos diversos grupos que conformam a sociedade civil (BRAGA, 2010). De uma perspectiva minimalista, Downs (1999), define partidos políticos como uma equipe de indivíduos que procuram controlar o aparelho de governo através da obtenção de cargo numa eleição. O modelo de análise das democracias modernas proposto pelo autor, destaca que eleitores e políticos agem racionalmente para alcançar seus objetivos. Deste ponto de vista, partidos buscam maximizar o apoio político para se reeleger quando fazem parte do governo ou para ganhar eleições quando são oposição. Partidos são, portanto,

³ Por desempenho, entende-se, aqui, como a taxa de sucesso de um partido na conquista de cadeiras em uma determinada eleição.

organizações que lutam pela conquista dos votos dos eleitores. Enquanto atores racionais, eles estabelecem alianças interpartidárias temporárias que maximizam as chances de ocuparem cargos no governo.

O debate sobre a atuação das organizações partidárias no Brasil tem revelado em alguma medida que nos últimos anos uma estrutura de competição partidária foi nacionalizada com partidos que estão organizados em todos os estados da federação, a exemplo de DEM, PDT, PMDB, PSDB, PT E PTB. Mesmo nas disputas municipais em eleições estrategicamente pouco atrativas, as principais legendas do país se fazem presentes, variando no grau de autonomia que cedem à organização local das agremiações (RIBEIRO, 2013). Todavia, apesar dos avanços dessa literatura, um dos aspectos fundamentais a serem destacados é a escassez de estudos sobre a dinâmica política no âmbito municipal (LOPEZ, 2004; CARREIRÃO,2014). Sobre esse assunto, Lopez (2004) aponta que há uma ideia de que a política municipal não possui uma grande importância do ponto de vista teórico, sendo assim, pouco relevante para compreender o sistema político de maneira mais ampla.

Todavia, entendemos que a observação do comportamento das organizações partidárias na arena eleitoral municipal pode relevar novos aspectos do papel destes atores no sistema político brasileiro. Considera-se, por exemplo, o papel de mobilização e educação dos eleitores, com o intuito de estimular a participação e criar símbolos para identificação e fidelidade e, assim, simplificar a escolha do voto. Como organizações, os partidos no âmbito municipal recrutam e treinam as lideranças para ocupar governos, bem como articulam e agregam interesses políticos. Ao conquistarem o governo, espera-se que coloquem em prática suas propostas tendo em vista processos eleitorais futuros. Assim, produzem políticas públicas respondendo as responsabilidades pelas ações do governo juntamente com a condução do desempenho da administração (DOWNS, 1999).

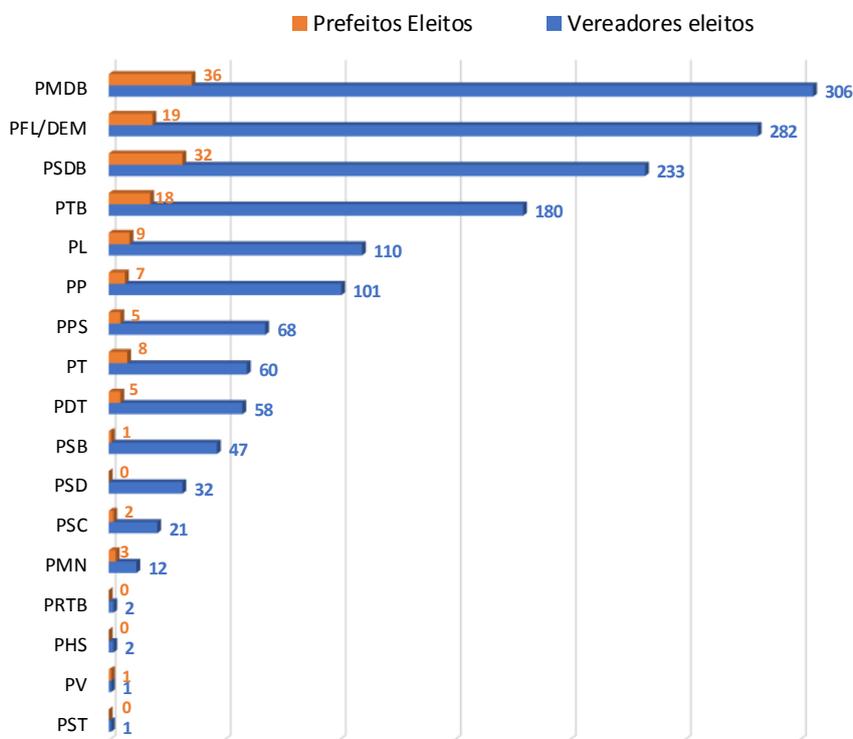
Outro ponto de interesse considerado nas análises apresentadas diz respeito ao caráter multipartidário do sistema partidário brasileiro. Sistemas multipartidários forçam o consenso entre os competidores (LIJPHART, 2003). Relações cooperativas entre partidos no sistema político brasileiro visando a eleição de representantes é algo comum e permitido por lei. Essa prática é conhecida como coligações (ou alianças eleitorais), sendo parte do jogo eleitoral e amplamente discutida na literatura (KINZO, 2005; MELO, 2015). Machado (2012) afirma que as coligações agradam a todos os partidos políticos e que há incentivos institucionais para que seja realizada essa prática.

Um aspecto importante analisado é que as coligações evitam que o sistema eleitoral favoreça somente os maiores partidos. Para a autora, a distribuição de cadeiras legislativas no sistema brasileiro é um exemplo do incentivo institucional à prática das coligações, pois a fórmula de repartição de cadeiras dificulta os pequenos partidos a alcançarem o quociente eleitoral. “Os votos são contados como se pertencessem a uma única legenda (a coligação). As cadeiras conquistadas pela aliança eleitoral são preenchidas pelos candidatos com mais voto dentro da aliança – independentemente de seus partidos” (MACHADO, 2012, p. 34). Os estudos sobre os partidos políticos apontam um comportamento cada vez mais inconsistente ideologicamente. Por coligações inconsistentes, Carreirão (2006) as classifica como as alianças formadas entre partidos formalmente situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. Além disso, haveria no Brasil uma forte tendência de se encontrar poucos partidos intensos em termos de restrição ideológica quando se passa da esquerda para a direita. Isso reforça a ideia de que as coligações são atrativas para todos os partidos políticos, e está além da questão ideológica (CARREIRÃO, 2014; MACHADO, 2012).

RESULTADOS

Os gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 expostos a seguir mostram o desempenho dos partidos na disputa pelos cargos de prefeito e vereadores nas 146 cidades da mesorregião analisada. Os dados do gráfico 1 referem-se às informações disponíveis no site do TSE para a eleição do executivo e legislativo de 2000, contendo os partidos que conquistaram cadeiras na disputa eleitoral. É possível observar que o PMDB foi o partido que mais conquistou prefeituras (36) e cadeiras legislativas (306), seguido do PFL (atualmente DEM) e do PSDB. Observa-se também o desempenho do PSB e do PSD, considerando que ambos conquistaram 47 e 32 cadeiras legislativas, respectivamente, e apenas uma cadeira executiva, no caso do PSB, e nenhuma cadeira do executivo, no caso do PSD. Vale destacar outros 5 partidos não expostos no gráfico, pois não conquistaram nenhuma cadeira nas cidades analisadas apesar de concorrerem na eleição em questão, sendo eles o PAN, PC do B, PRP, PRTB, PSDC, e PT do B.

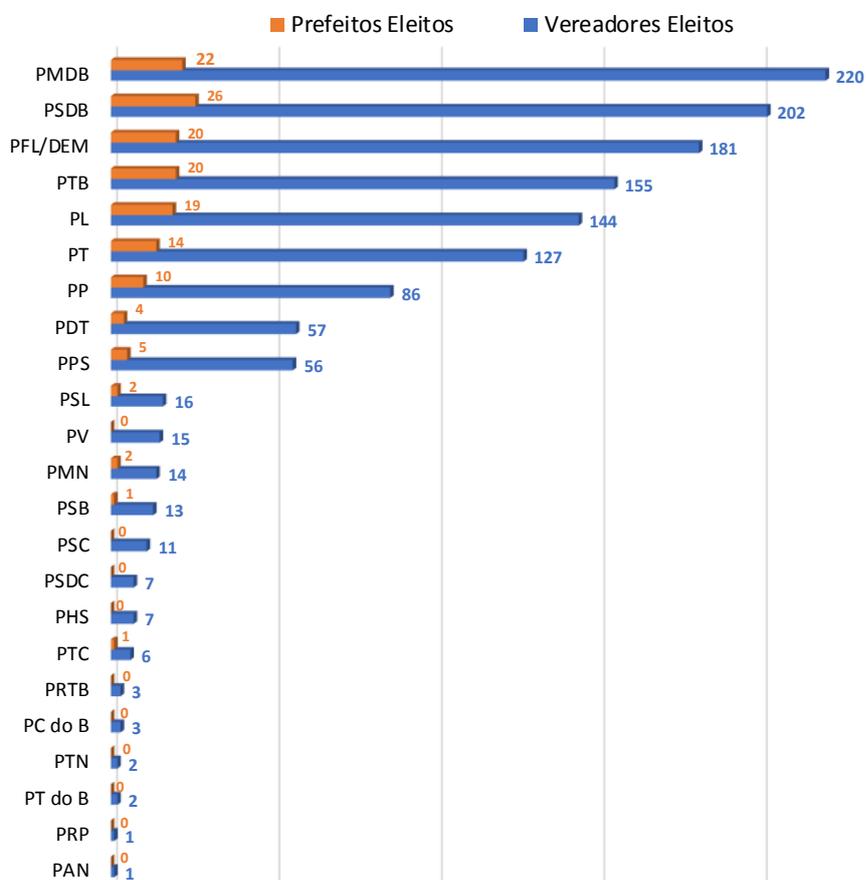
Gráfico 1 – Prefeitos e vereadores eleitos por partido na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

O gráfico 2 refere-se as eleições municipais de 2004. O PMDB, PSDB, PFL/DEM e PTB conquistaram a maioria das cadeiras executivas e legislativas nesse ano. Outros 6 partidos envolvidos na disputa eleitoral não conseguiram conquistar nenhuma cadeira nas cidades analisadas.

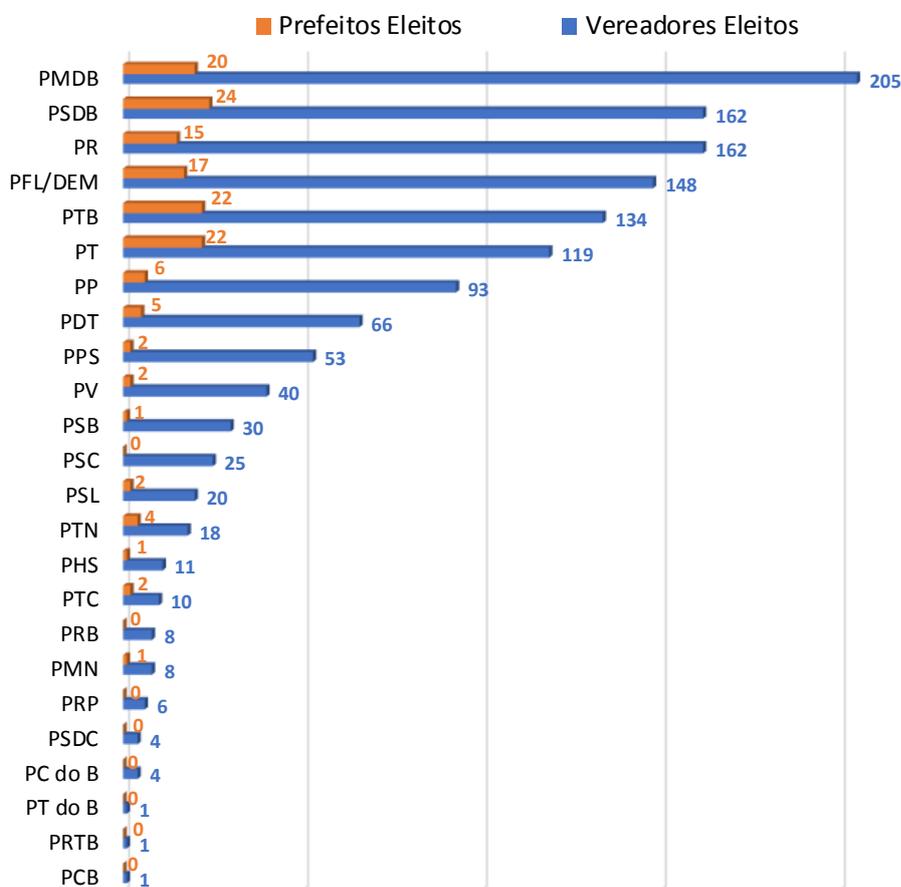
Gráfico 2 – Prefeitos e vereadores eleitos por partido na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2004



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os dados do gráfico 3 demonstram que os partidos que mais conquistaram cadeiras executivas nas eleições de 2008 foram o PMDB (20), PSDB (42), PTB (22) e o PT (22). Vale destacar a presença do PR, pois foi a primeira eleição em que o partido participou na região após sua criação em 2006. O partido fruto da fusão entre o PRONA e o PL possui um desempenho menor comparado aos partidos que mais conquistaram cadeiras executivas, porém, foi o 2º que mais conquistou cadeiras legislativas, empatando com o PSDB, que também conquistou a mesma quantidade de cadeiras legislativas. Nessa eleição, 2 partidos não conquistaram nenhuma cadeira na disputa eleitoral, sendo o PSOL e o PSTU.

Gráfico 3 – Prefeitos e vereadores eleitos por partido na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2008

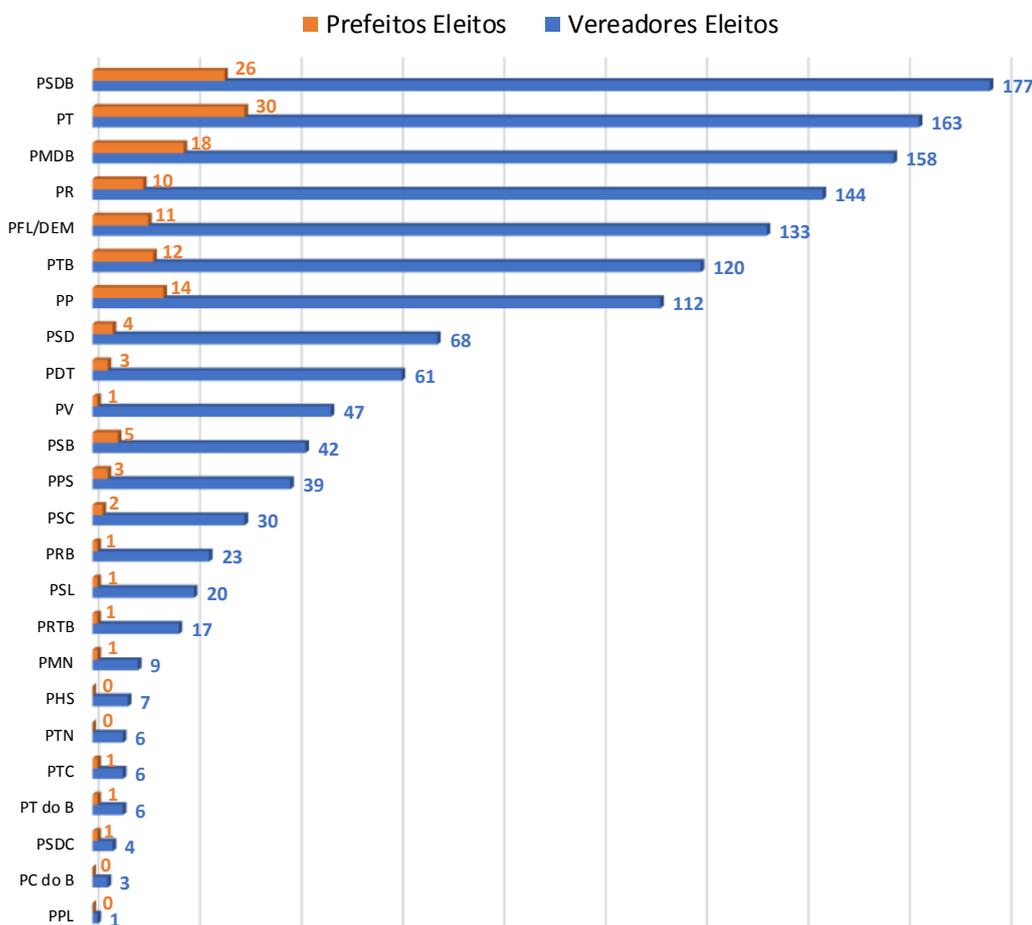


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

No Gráfico 4, observa-se que os partidos PT (30), PSDB (26), PMDB (18) foram os que mais conquistaram prefeituras nesse ano. Além destes partidos notamos a presença de partidos que conquistaram 10 ou mais prefeituras, são eles: PTB (12), DEM (11), PR (10). Ao compararmos o desempenho dos partidos em relação às disputas pelos cargos legislativos, encontramos que estes 6 partidos foram também aqueles que expressaram mais fortes na arena eleitoral em 2012 na região. Como se observa no gráfico, todos conquistaram mais de 70 vagas para os legislativos municipais, superando o 8º em 24 cadeiras. O caso do PV chama atenção, já que o partido conquistou um número de 36 cadeiras nos legislativos municipais, mas elegeu apenas 1 prefeito. Este desempenho nas eleições para o executivo também pode ser notado nos partidos que

expressaram menor inserção na região. Entre eles, destaca-se o PPL que elegeu apenas um vereador na região.

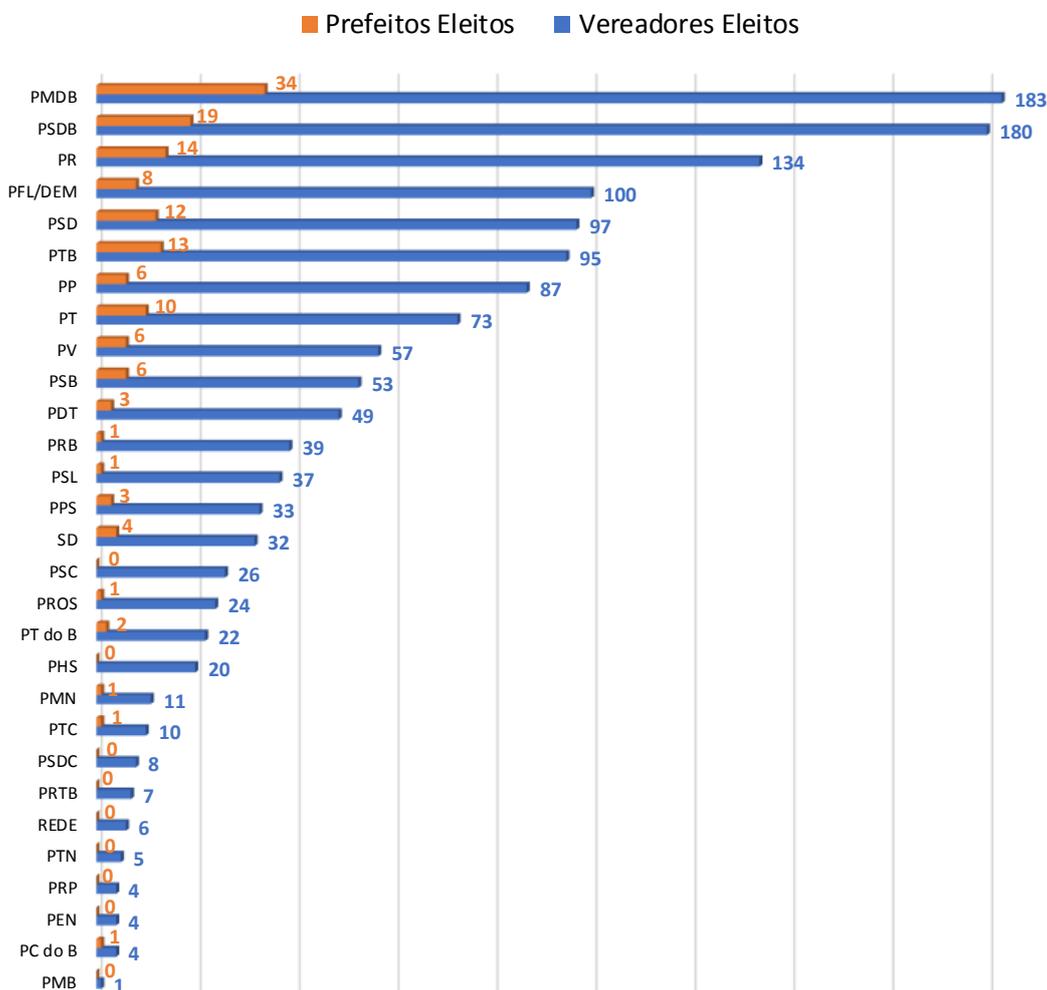
Gráfico 4 – Prefeitos e vereadores eleitos por partido na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Por fim, no gráfico 5 observa-se que no ano de 2016, os partidos que mais conquistaram cadeiras executivas e legislativas foram o PMDB, PSDB e PR. Vale destacar a inserção do PC do B na conquista de cadeiras, ainda que com um baixo desempenho, no ano de 2016 o partido conseguiu conquistar 1 cadeira executiva, diferente das últimas eleições. O partido conquistou a prefeitura da cidade de Guapé, encabeçando a coligação formada com o PSD / PRTB / PT / DEM.

Gráfico 5 – Prefeitos e vereadores eleitos por partido na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2016

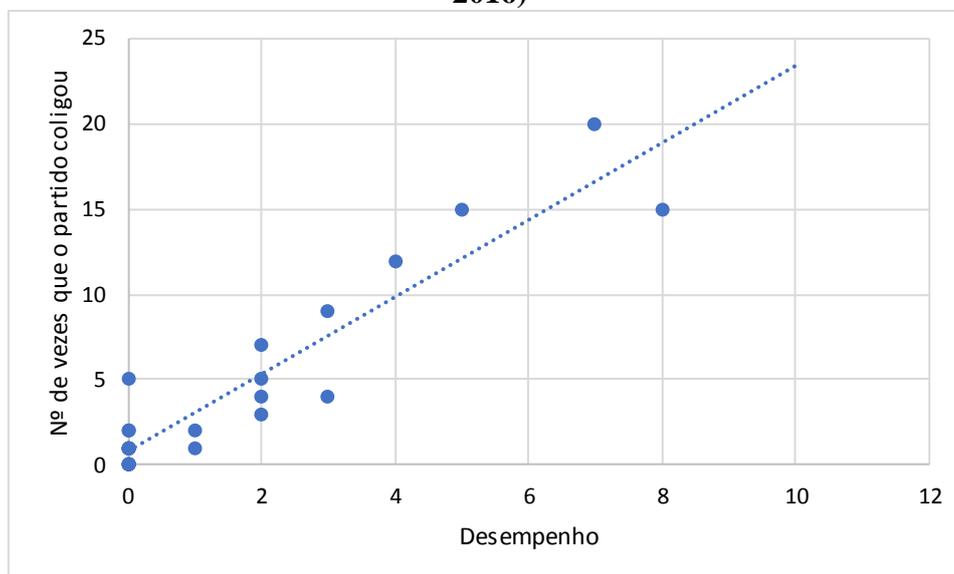


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tendo em vista essa conquista do PC do B nas eleições de 2016 e o fato dele ser cabeça de chapa na coligação que garantiu o seu sucesso, fez-se necessário observar a relação entre o desempenho dos partidos e a prática de realização de alianças eleitorais. Para tal questão, a análise foi restringida observando as coligações feitas para a disputa executiva das 10 maiores cidades da mesorregião. Essa restrição foi utilizada para contornar a falta de dados sobre as coligações nos anos de 2008 e 2012, pois o TSE não disponibiliza tais informações para todas as cidades da mesorregião trabalhada. No gráfico 6 é possível constatar a relação entre o número de vezes que o partido coligou e o número de vezes que o partido conquistou cadeiras executivas das 10 maiores cidades nas eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Percebe-se uma correlação positiva,

pois é possível notar que, quanto mais o partido coliga, maior a conquista de cadeiras executivas.

Gráfico 6 – Correlação entre coligações e desempenho nas 10 maiores cidades da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais nas disputas executivas (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das eleições e dos partidos políticos em âmbito municipal possui suas peculiaridades e é importante analisá-las para se observar o sistema partidário brasileiro. A partir do painel criado sobre as organizações político-partidárias na mesorregião estudada, foi possível constatar uma marcante presença dos grandes partidos nacionais na região, os quais apresentam força na arena eleitoral. O PMDB, PSDB, PR e DEM, possuem um melhor desempenho quando se trata da conquista de cadeiras executivas e legislativas nas últimas 5 eleições recorrentemente, quando comparado com outros partidos. O PT, com um desempenho significativo, teve seu auge registrado até o momento nas eleições de 2012, quando conquistou 86 cadeiras legislativas e 30 cadeiras executivas. Porém, nas eleições de 2016, o partido conquistou 73 cadeiras legislativas e 10 cadeiras executivas, apontando uma queda no seu desempenho quando se trata da conquista de prefeituras.

É possível fazer algumas observações em relação a representação local. Utilizando de uma classificação ideológica feita por Carreirão (2006), será considerado

aqui partidos de direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL/DEM; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA; de centro: PMDB e PSDB; e de esquerda: PT; PDT; PPS; PC do B; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN. Assim, considerando os 8 partidos que possuem uma maior quantidade de votos para o executivo e o legislativo, observa-se que eles se constituem em partidos de esquerda, de centro e de direita. Em todas as eleições, os dois partidos de centro (PMDB e PSDB) são os que mais conquistam cadeiras na mesorregião. A presença dos partidos de esquerda (PT e PDT) também apontam uma marca de 2 partidos até as eleições de 2008; em 2012 e 2016, houve apenas 1 partido de esquerda que conquistou a maioria das cadeiras na mesorregião. Os partidos de direita (PFL/DEM; PPB; PL; PTB e PSD) representam a maioria entre os que mais conquistam cadeiras. Com isso, pode-se dizer que houve uma mudança no padrão local de representatividade, considerando que há uma diminuição dos partidos de esquerda na conquista dessas cadeiras. É também possível observar a estruturação desse sistema partidário no âmbito municipal, uma vez que grandes partidos inseridos na disputa nacional estão recorrentemente presentes na disputa e na conquista das eleições da mesorregião.

Além disso, a correlação positiva estabelecida entre o número de vezes que o partido coligou e o seu desempenho vai de encontro com questões recorrentemente discutidas na literatura, sendo, que as coligações são instrumentos utilizados frequentemente e de forma crescente, e, que os partidos que optam por coligarem, possuem significativas taxas de sucesso melhores do que os partidos que não coligam (KINZO, 2004).

REFERÊNCIAS

BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 4, p. 43-73, jul/dez de 2010.

CARREIRÃO, Yan. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 136-163, abril/maio, 2006.

O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 14, p. 255-295, mai/ago de 2014.

DOWNS, Anthony. A estática e a dinâmica de ideologias partidárias. In: **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

IBGE. 2010. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 de jun de 2017.

KINZO, Maria D'alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20, nº 57, fev de 2005.

Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, São Paulo, fev. 2004.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2003.

LOPEZ, Félix Garcia. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº22, p. 153-177, jun. 2004

MACHADO, Aline. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 2, ago de 2015.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 10, p. 225-265, jan/abr de 2013.